

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA



DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS
HUMANOS À POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA:
COMPARANDO BRASIL E EUA

Brasília
10 de dezembro de 2016

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS
HUMANOS À POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA:
COMPARANDO BRASIL E EUA

RICARDO DURIGAN

Orientador: Prof. Mathieu Turgeon

Monografia apresentado ao Instituto de Ciência Política
da Universidade de Brasília como requisito para a
formação do curso de Ciência Política.

DURIGAN, Ricardo. *Da Declaração Universal dos Direitos Humanos à Políticas de Ação Afirmativa: Comparando Brasil e EUA*. Brasília: Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. 2016, 42 pág.

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo fazer uma revisão bibliográfica dos autores que apresentam as Ações Afirmativas como um direito fundamental, constitucional e pedagógica para a transformação da sociedade, principalmente ao se buscar a reparação simbólica e material das desigualdades. Partindo desta base, fundamentada pela própria legitimidade histórica, é apresentado em primeiro momento um panorama geral da Declaração Universal dos Direitos Humanos à Políticas de Ação Afirmativa, evidenciando simultaneamente – devido a extrema concentração de renda – os abismos entre negros e brancos. Em segundo momento, é apresentado de forma introdutória alguns contextos, atualidades e especificidades do Brasil e Estados Unidos em separado quanto às Ações Afirmativas e seus respectivos cenários político, econômico e social, para, em um terceiro momento, aprofundar suas comparações, transpassando a análise pelos tópicos como raça, cotas, população carcerária e direitos humanos.

Palavras-chave: Declaração Universal dos Direitos Humanos, Ações Afirmativas, Capitalismo, Concentração de Renda, Democracia, Filosofia Política.

DURIGAN, Ricardo. *From the Universal Declaration of Human Rights to Affirmative Action Policies: Comparing Brazil and the USA*. Brasilia: Institute of Political Science of University of Brasilia. 2016. 42 p.

ABSTRACT

This monograph aims to make a bibliographical review of the authors who present themselves as Affirmative Actions as a fundamental, constitutional and pedagogical right for a transformation of society, mainly to seek a symbolic and material reparation of inequalities. Based on this basis, based on historical legitimacy, it is a general overview of the Universal Declaration of Human Rights in Affirmative Action Policies, while showing - due to the extreme concentration of income - the abyss between blacks and whites. Second, it is a presentation of some contexts, issues and specificities of Brazil and the United States in different forms. Affirmative Actions and their respective political, economic and social scenarios, in a moment, to deepen their comparisons, passing an analysis for topics such as race, quotas, prison population and human rights.

Keywords: Universal Declaration of Human Rights, Affirmative Action, Capitalism, Income Concentration, Democracy, Political Philosophy.

DEDICATÓRIA

*À Yasmin,
que Nasceu em Leão.*

*À Morya,
o Governante da Política.*

*Ao Tibetano,
o Sábio da Montanha.*

AGRADECIMENTOS

Aos inúmeros professores que tanto concordei e discordei. Sem seus inúmeros estímulos não teria avançado como pessoa.

Aos meus pais que souberam me apoiar aos 29 anos, junto com as Ações Afirmativas da UnB, para esta dedicação exclusiva aos estudos.

Ao orientador Prof. Mathieu Turgeon, que colaborou nesta condução Acadêmica dentro de um tema tão sensível e importante.

Obrigado

SUMÁRIO

1. Introdução	01
2. Da Declaração Universal dos Direitos Humanos à Políticas de Ação Afirmativa	04
3. Introdução das Ações Afirmativas no Brasil	10
4. Introdução das Ações Afirmativas nos EUA	15
5. Comparando Brasil e EUA	19
6. Conclusão	29
7. Referência Bibliográfica	31

*Onde há igualdade,
a amizade perdura.*

Platão

1 - INTRODUÇÃO

*Todos nós temos talentos diferentes,
mas todos nós gostaríamos de ter iguais
oportunidades para desenvolver os nossos talentos.*

John Kennedy

Alexis de Tocqueville era integrante da aristocracia francesa e pouco simpatizante da ideia de igualdade. Porém, em seu clássico *Da Democracia na América* (1835), via como inevitável o progresso da igualdade, dizendo que o seu avanço era um fato durável, universal e imune à interferência humana. E tentar contê-la, dado a sua “Marcha Irrevogável” e “Providência Divina”, acabaria por auxiliá-la. (Miguel, 2002:486 apud Tocqueville, 1992:6)

Ao percorrer a jovem nação do Novo Mundo que afirmava ser o futuro da Europa – sem imaginar o que aconteceria quase um século depois –, Tocqueville dizia que a “igualdade” e a “democracia” eram quase sinônimos, não sendo possível haver democracia sem a igualdade; e a própria igualdade levaria necessariamente à democracia. (Ibid.: 486)

Para Luiz Felipe Miguel (2002), que apesar das críticas que tece a Tocqueville que passou à margem da própria desigualdade e da questão dos escravos existentes na América, reconhece que a importância de seu livro é que o autor *conseguiu apreender o movimento de democratização existente em seu tempo e projetou a sua irresistível vitória final*. (Ibid.: 486)

Se por um lado a desigualdade era fortemente questionada no regime democrático norte-americano, também é neste momento daqueles que asseguram que a desigualdade é um fator “natural” e “eterna” se manifestarem, como os teóricos do elitismo que defendem a ideia que a igualdade é impossível em qualquer sociedade, uma vez que sempre haverá alguém que naturalmente se destacará das demais por suas pré disposições e talentos pessoais. Como diz Miguel, não se trata de uma ideia nova: da *República* de Platão à *Política* de Aristóteles a desigualdade era vista pelo olhar ‘elistista’ como um elemento natural. (Ibid.: 487)

Mas como saber quem de fato é ‘elite’ se as mesmas condições de oportunidades educacionais, de trabalho, salário e voz não são ofertados para todos, independentemente de cor, raça, sexo ou religião, como afirmado por John Kennedy sobre os respectivos talentos?

A este respeito, 113 anos após a “Providência Divina” e a “Macha Irrevogável” da “igualdade” de Tocqueville ser interrompida pelos horrores das duas Guerras Mundiais, que, como bem disse Tocqueville qualquer tentativa de contê-la acabaria por auxiliá-la, é que vemos surgir mediante a Assembléia Geral da ONU, em 1948, um novo e importante impulso rumo ao ideal da igualdade entre todos seres: a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Apesar de lermos em seu preâmbulo algumas das seguintes importantes considerações¹: *considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo; considerando que os Estados-Membros se comprometeram a promover o respeito universal aos direitos e liberdades humanas fundamentais e sua observância; considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que todos gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do ser humano comum (...)*; como explicar que após 64 anos destas mesmas considerações – principalmente em países democráticos como os EUA e Brasil – nos deparamos com as seguintes declarações dos ministros do Superior Tribunal Federal (STF) quanto em seus votos favoráveis à constitucionalidade das cotas raciais na Universidade de Brasília:

As políticas de Ação Afirmativa não são as melhores opções. A melhor opção é ter uma sociedade na qual todo mundo seja livre para ser o que quiser. A cota é uma etapa, um processo, uma necessidade em uma sociedade onde isso não aconteceu naturalmente (Cármem Lúcia); Se os negros não chegam à universidade por óbvio não compartilham com igualdade de condições das mesmas chances dos brancos. Se a quantidade de brancos e negros fosse equilibrada poderia se dizer que o fator cor não é relevante (Rosa Weber); Essas medidas visam combater não somente manifestações flagrantes de discriminação, mas a discriminação de fato, que é a absolutamente enraizada na sociedade e, de tão enraizada, as pessoas não a percebem (Joaquim Barbosa).

Como podemos constatar nestas declarações no caso brasileiro – mas também norte-americano como veremos – apesar dos Estados-Membros serem signatários desta importante Declaração Universal dos Direitos Humanos e seus subsequentes Pactos, Tratados e Convenções, isto não é suficiente para efetivação dos direitos de liberdade e igualdade. É só quando o Estado torna-se ativo e de fato comprometido em políticas de Ações Afirmativas é que vemos as reais desigualdades serem combatidas – ou pelo menos tentada – na prática.

¹ Considerações na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) / <https://goo.gl/PCFein>

Esta necessidade de uma posição ativa do Estado vem a partir do momento em que ele assume o controle de todos os aspectos da vida de uma sociedade, toda produção humana no campo do direito e da justiça e tem como encargo ser a guardiã e a defensora de todos os indivíduos. É assim que as Ações Afirmativas procuram se posicionar, no século XXI, sob a tarefa de serem uma importante ferramenta de justiça efetiva. (SHULTZ, 2011)

As Ações Afirmativas longe de advirem de uma realidade desejável e perfeita, nas palavras de Shultz, são remédios necessários à uma sociedade que, sem a intervenção cogente do Estado, não é capaz de solucionar determinados problemas por si só. Já para Vera Soares, elas buscam corrigir a desigualdade entre homens e mulheres, ou entre brancos e negros, seja no âmbito da política, da educação ou do trabalho. (Soares apud Piscitelli, 2009, p. 64)

É assim que as Ações Afirmativas garantem a efetividade dos direitos da personalidade, sob a ótica do Direito Internacional Público, quando considerado os compromissos firmados pelo países em tratados internacionais de direitos humanos. Já sob a ótica do Direito Constitucional – quando adotado na Carta Magna do país como no Brasil –, são ferramentas a serem utilizadas para o alcance dos objetivos fundamentais e para o real exercício dos direitos e garantias fundamentais, também chamados de “direitos essenciais da pessoa”, “direitos individuais”, entre outras denominações, sempre relacionados aos atributos físicos, psíquicos e morais, como ser individual e social (SHULTZ, 2011: 171).

Porém, segundo Shultz, existem duas correntes na interpretação de tais direitos da personalidade: os positivistas e os naturalistas. O primeiro entende que tais direitos precisam ser positivados para serem reconhecidos pelo Estado e sua observação garantida. O segundo, os naturalistas, entendem que os direitos da personalidade são direitos inato, cabendo ao Estado apenas reconhecê-los e sancioná-los em um ou outro plano de direito positivo, como afirmado por Carlos Alberto Bittar, que diz que tais direitos existem antes e independente do direito positivo, como inerente ao próprio homem. Ao passo que quando ganham a Constituição, passam para a categoria de “liberdades públicas”, recebendo assim todo o sistema de proteção próprio. (BITTAR, 2004, p. 7-8)

Com estas considerações iniciais faremos a seguir uma contextualização da trajetória da Declaração Universal dos Direitos Humanos à Políticas de Ação Afirmativa – transpassando pelo aspecto econômico – para em um segundo momento aprofundarmos a comparação entre os dois maiores países democráticos do ocidente: Brasil e EUA.

2 - DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS À POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA

*A propriedade privada é a essência da
solidão humana, que deveria ampliar
os interesses individuais ao coletivo.*

Thomas More

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)² foi proclamada em 1948 após a 2ª Guerra Mundial por representantes de diferentes regiões do mundo como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações, é um documento marco na busca pela proteção universal dos direitos humanos.

Traduzida em mais de 360 idiomas – que segundo a ONU é o documento mais traduzido no mundo – a DUDH inspirou as constituições de muitos Estados e democracias recentes, como a constituição cidadã brasileira de 88, por exemplo. Ela integra parte da Carta Internacional dos Direitos Humanos conjuntamente com o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e com o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Para o professor de Direito Jorge Batista de Assis (2014) este processo da DUDH seria apenas um ponto de partida para ensejar um passo maior e decisivo na universalização e internacionalização destes mesmos direitos, que seria o Direito Internacional dos Direitos Humanos, uma nova ciência de índole normativa e pragmática que buscava fomentar em toda comunidade internacional, a mesma consciência global dos valores fundamentais construídos durante todo o século XX.

Foi preciso – após inúmeras críticas dizendo que este documento não dispunha de força cumprimento pelos Estados – a normatização de inúmeros Tratados, Convenções e Pactos que, ratificados pelos próprios Estados, dariam proteções e garantias à sua efetivação. Neste sentido, foram elaboradas a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio (1948), a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979), a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) e

² DUDH - www.dudh.org.br/declaracao

a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), entre outras. Estes atos normativos internacionais, segundo Assis, consagram a relevância na cena internacional do sujeito de direito, observado em sua especificidade e complexidade, visando responder às determinadas violações dos direitos humanos.

É assim que em 1965 acontece a importante Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (INCERD)³, uns dos principais tratados internacionais em matéria humanitária no combate à discriminação racial – a gênese das Ações Afirmativas no Brasil (ASSIS, 2015) –, assinado por 167 países afim de promoverem sem discriminação alguma, os princípios de igualdade entre raça, sexo, idioma, religião e classe social. Os Estados obrigariam-se com este tratado, a adotarem medidas imediatas e eficazes nos domínios do ensino, educação, cultura e informação, como se lê em seu artigo 7º, para lutar contra os preconceitos que conduzem à discriminação racial, favorecendo assim a compreensão, a tolerância e a amizade entre os povos e nações.

É neste sentido que Campbell (2002), em *Ideias, Políticas e Políticas Públicas*, identifica diferentes mecanismos pelos quais ideias podem influenciar políticas, como por exemplo a mundialização da cultura (*world culture*), que tem criado uma convergência das políticas e as tornado cada vez mais semelhantes entre si. Como também defende os vários estudos baseados na teoria das instituições mundiais (*world polity*), que defende o argumento que esta disseminação de uma cultura mundial tem resultado em políticas públicas mais análogas entre si, dado o surgimento do mesmo conjunto de crenças cognitivas e normativas transnacionais. (Graziella Moraes, 2006)

Tendências estas que vemos, por exemplo, sobre as agendas de prioridades debatidos internacionalmente na ONU (Desenvolvimento e Direitos Humanos, Clima, Energia, Fome, Segurança Financeira, Imigração, Cooperação Internacional, etc), dentro de uma percepção cada vez maior e comum sobre a interdependência de todas as Nações, Estados, Economias e da própria Natureza, e, conseqüentemente, das conjuntas responsabilidades. Além da convergência – com o avanço da psicologia, mapeamento genético e neurociência – sobre as estruturas cognitivas e afetivas semelhantes à todos os seres humanos independente de sexo, cor, raça ou religião. O que tem proporcionado, por outro lado, um importante desdobramento

³ <https://nacoesunidas.org/acao/direito-internacional/>

– pelo avanço da própria ciência – também sobre os Direitos Fundamentais dos Animais à uma vida digna e livre, como foi feito pela Nova Zelândia⁴ este ano, que de forma surpreendente reconheceu oficialmente que todos os animais são seres sencientes.

Dizer que os animais são sencientes é declarar que eles podem experimentar emoções positivas e negativas, incluindo dor e sofrimento, como os seres humanos, disse a Dra. Virginia Williams, do *National Animal Ethics Advisory Committee*. Esta explicitação é a grande novidade, e marca um importante passo na igualdade e bem-estar animal”. “As expectativas sobre o bem-estar animal foram mudando rapidamente, e práticas que antes eram comuns para animais de estimação e de entretenimento (exploração), não são mais aceitáveis ou toleradas”, disse o Dr. Steve Merchant, da *New Zealand Veterinary Association*. “A legislação vem ao encontro da mudança de atitude da nossa nação no que diz respeito à condição dos animais na sociedade.”

Este desdobramento da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) inspirando a Declaração Universal dos Animais (1978) e suas possíveis Ações Afirmativas – já que países começam a considerá-los sencientes –, evidencia um ponto importante neste estudo sobre *world culture* e *world polity*, que é a intercooperação entre as distintas áreas do saber.

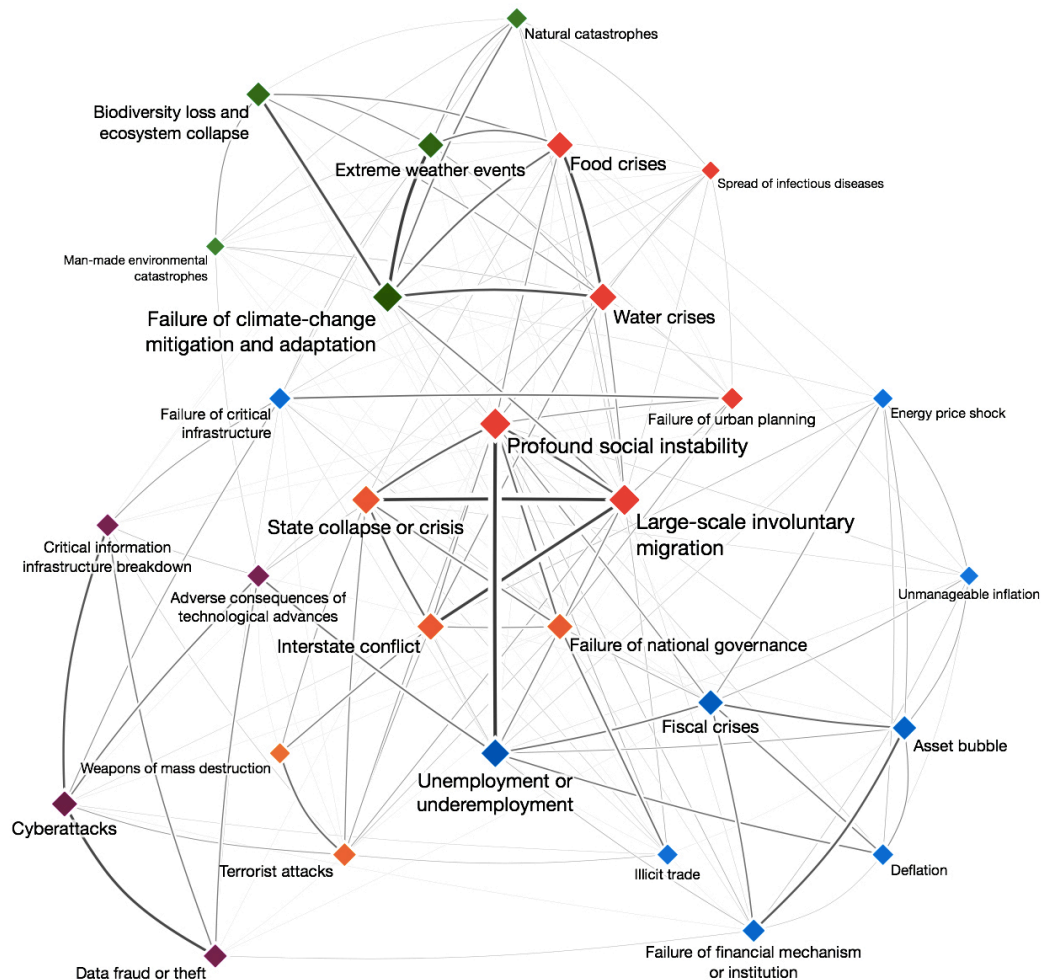
É neste sentido que o relatório de riscos globais, publicado pelo Fórum Econômico Mundial, apresenta um surpreendente – Mapa de Riscos de Interconexão⁵ –, segundo Dave Shernan (2012). O mapa claramente revela como todos os riscos globais são inter-relacionadas, de modo que o risco econômico, ambientais, geopolíticos, sociais e tecnológicos são extremamente interdependentes. *A crise em uma área irá levar rapidamente uma crise em outra. A fome e a crise social em um país refletirá economicamente em outro país. A destruição da Floresta Amazônia para a criação de gado afetará o clima em todo o mundo. A interconexão e complexidade neste mapa, em relação a nossa surpresa diante do impacto e velocidade das crises financeiras recentes, ilustra claramente esta interdependência.*

Podemos ler no mapa esta mesma conclusão: *Os riscos globais permanecem além do domínio de apenas um ator, destacando a necessidade de uma ação colaborativa de multistakeholder – esta é a mensagem chave do The Global Risks Report. Reconhecer os interesses conjuntos e alinhar as partes interessadas sobre as principais prioridades entre as diferentes áreas de riscos globais é o primeiro passo para fazer a ação cooperativa acontecer.*

⁴ New Zealand Parliament: <https://goo.gl/zN7QI1>

⁵ World Economic Forum – The Global Risks Interconnections Map 2016 / <https://goo.gl/bnkNfS>

The Global Risks Interconnections Map 2016 – World Economic Forum



Klaus Schwab, Fundador e Presidente Executivo do Fórum Econômico Mundial, diz que esta 11ª edição do *The Global Risks Interconnections Map* é publicado em um momento de profunda mudança. Afirmar que os riscos globais se materializam de maneiras novas e inesperadas, atingindo pessoas, instituições, economias e a natureza simultaneamente, diante dos efeitos das alterações climáticas, escassez da água, inundações e tempestades em todo o mundo. Alerta que as sociedades até então estáveis e protegidas estão se fragmentando, e, principalmente após a crise financeira de 2008, muitos países vem reduzindo o Estado de Bem-Estar Social, comprometendo assim inúmeras conquistas e impulsionando novas crises.

Estas desigualdades também tem crescido devido a interferência prejudicial do poder econômico e do partidarismo da mídia, sobre o pleito das eleições (MIGUEL, 2002). Fato que é intensificado pelo ritmo do crescimento econômico sempre menor que o retorno sobre os ativos, gerando uma concentração de riqueza cada vez maior num grupo de pessoas cada vez menor, como pesquisado pelo economista Piketty em *O Capital no Século XXI* (2014), o que

também é exposto por Bartels em *Unequal Democracy* (2008), que levanta a questão se a democracia pode florescer em meio a grande riqueza concentrada. Desta indagação Bartels afirma: *A desigualdade econômica tem, claramente, efeitos corrosivos penetrantes sobre a representação política e na formulação de políticas públicas. À luz destes efeitos, a esperança liberal das "esferas distintas" entre o público e privado, parece provavelmente ineficaz.*

Para Noam Chomsky, em *Requiem of the American Dream* (2015), a desigualdade extrema é consequência da riqueza extrema sem precedentes de uma pequena parcela da população. Como confirmado pela Oxfam⁶ no início de 2016 ao dizer que a riqueza acumulada dos 1% mais ricos, equivale, pela primeira vez, à riqueza dos 99% restantes.

Para a Oxfam, quando poderes e privilégios são usados para distorcer o sistema econômico, esta crise da desigualdade global chega a estes patamares extremos, aumentando ainda mais a distância entre os mais ricos e o restante da população. Denuncia que uma rede global de paraísos fiscais escondem 7,6 trilhões de dólares das autoridades fiscais. E afirma que a luta contra a pobreza não será vencida enquanto a crise da desigualdade não for superada.

Esta questão também foi colocado por Moisei Ostrogorski em *A Democracia e a organização dos Partidos Políticos* (1902) ao dizer que os partidos políticos são instituições privadas e que pensam na mesma lógica capitalista, evidenciando assim o caráter não democrático dos partidos políticos. O que importa aos partidos políticos, segundo o autor, são as eleições e a manutenção do poder e não as necessidades reais da sociedade, normalmente.

É por isto que para Robert Michels (1982) a principal corrupção que os partidos políticos trazem é o fato de seus candidatos buscarem apenas os cargos e seus recursos, e não representarem de fato as reais necessidades da sociedade. “Ocupação de cargo”, como expresso pelo autor. Esta tendência é fruto daquele fenômeno maior que foi gradualmente setorizando toda a sociedade em áreas de conhecimento separadas uma das outras.

A desigualdade de renda e da riqueza, portanto, para Piketti (2014), é uma das maiores ameaças sociais de nossos tempos e dos conflitos político, atingindo países de alta, média e baixa renda, além de repercutir em diferentes âmbitos da vida das pessoas como saúde, nutrição, educação, violência e mortalidade, seja em regimes democráticos ou centralizados.

⁶ ONG britânica OXFAM – Informativo nº 10 de 18 de janeiro de 2016 - <https://goo.gl/qBxMPz>

É neste sentido que para Chomsky (2015) a concentração de riqueza gera concentração de poder, particularmente pelo custo bilionário das eleições⁷ tanto nos EUA quanto no Brasil, mantendo os partidos políticos unidos – muitas vezes via caixa 2 – à grandes corporações. Este poder político logo se estende à legislação, que aumenta a concentração de riqueza e, consequentemente, as violações dos direitos humanos. Então a política fiscal e a tributária, a desregulamentação, regras de governança corporativa e toda uma série de medidas são desenvolvidas para aumentar a concentração de riqueza e poder, que, em troca, faz com que mais poder político faça a mesma coisa, perpetuando as desigualdades.

É por isto que Antonio Guimarães (1997), baseado em seu fundamento jurídico e normativo na Filosofia do Direito – da mesma forma que Aristóteles em *Ética a Nicômaco* –, diz que tratar pessoas desiguais como iguais, de fato, somente amplia a desigualdade inicial entre elas. Ou seja, as Ações Afirmativas estariam baseadas na necessidade de restituir uma igualdade que foi rompida ou, como constatado pelos anais da história, nunca existiu (p. 233).

As diferentes abordagens quanto esta questão sobre a igualdade e desigualdade foi bem sintetizado – e problematizado – por Luis Felipe Miguel a seguir:

Para os fins que nos interessam, é possível traçar um quadro condensado da discussão sobre a igualdade entre os seres humanos: a ordem estamental medieval afirmava a *desigualdade* entre os indivíduos. Contra ela, o liberalismo vai propugnar que todos são iguais. Os socialistas, então, denunciam que a igualdade formal, apreciada pelos liberais, é inócua diante da permanência de profunda desigualdade material. Em oposição ao socialismo, a teoria elitista vai dizer que a igualdade é impossível. Há uma concordância quanto ao diagnóstico sobre as sociedades contemporâneas, com a constatação de que a igualdade dos liberais é a mera fachada da desigualdade efetiva; mas a ênfase é dada à polêmica contra a bandeira socialista de uma nova forma de organização, material e politicamente igualitária, que a teoria das elites apresenta como ilusória. (MIGUEL, 2002)

Assim sendo, uma abordagem comparativa dos debates sobre as Políticas de Ação Afirmativa pode ajudar a identificar as especificidades entre Brasil e EUA. A comparação permite que analisemos os conceitos que organizam os debates nacionais e que permanecem centrais e ao mesmo tempo diferentes. Essas diferenças tornam-se claras quando reivindicações por políticas semelhantes feitas em um contexto – dado ao fenômeno da mundialização das políticas públicas – não têm tradução ou recepção em outros contextos.

⁷ Dados da ONG Transparência Brasil - *Poder Econômico e Financiamento Eleitoral no Brasil*

3 – INTRODUÇÃO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL

*Deste Planalto Central, lanço os olhos mais uma vez
sobre o amanhã do meu país com fé inquebrantável e
uma confiança sem limites no seu grande destino.*

Juscelino Kubitschek

O Brasil ratificou o tratado da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (INCERD) três anos depois da sua importante realização, em 1968⁸, paradoxalmente, durante os anos de chumbo da ditadura militar, porém, foi somente 33 anos depois – e após 13 anos da sua redemocratização –, em 2001, na III Conferência Mundial da ONU de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância⁹, em Durban, África do Sul, que a postura do Brasil mudou radicalmente.

Neste encontro foi encaminhado uma proposta de Ação Afirmativa em favor da população negra, reconhecendo oficialmente perante toda a comunidade internacional por parte do Estado brasileiro, da necessidade da reparação efetiva – após 113 anos – das consequências da abolição até então meramente formal, mas não estrutural, dos escravos africanos, estipulando assim cotas nas universidades públicas. O que rompeu definitivamente com o tão proclamado mito da democracia racial preconizada por Gilberto Freyre e disseminada (ou dissimulada), durante os 21 anos da ditadura militar, que mascarava o verdadeiro racismo cultural e institucional no Brasil. (TELLES, 2002:31)

Esta ruptura começou, entre outros motivos, principalmente pelos estudos na década de 50 de Florestan Fernandes, da Universidade de São Paulo, que foi contratado pela Unesco para esclarecer os segredos da tão reputada harmonia racial que o Brasil detinha internacionalmente. Porém, suas conclusões foram espantosas ao demonstrar pela primeira vez que o racismo era muito difundido na sociedade brasileira, o que gerou uma contestação de peso à imagem da democracia racial no Brasil, denunciando-a como mito, e concluiu que os brancos eram hostis e preconceituosos para com os negros, além de continuarem se beneficiando com a dominação racial, muito depois do fim da escravidão. (Ibid.: 33)

⁸ Comissão de Direitos Humanos e Minorias - Câmara dos Deputados - <https://goo.gl/I0CdPG>

⁹ OEA – Declaração de Durban - <https://goo.gl/j4dZhy>

É neste sentido que Joaquim Barbosa em *Ação Afirmativa & Princípio Constitucional da Igualdade: o direito como instrumento de transformação social* (2011) diz que as Ações Afirmativas constituem em políticas destinadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem, compleição física ou situação socioeconômica, seja de fundo cultural ou estruturalmente enraizada no Brasil. Para o jurista, as Ações Afirmativas teriam um importante caráter de ***cunho pedagógico***, engendrando transformações culturais sociais relevantes, inculcando nos atores sociais a observância dos princípios do pluralismo nas mais diversas esfera do convívio humano.

Nesta mesma ***percepção pedagógica*** das Ações Afirmativas, Dr. Ophir Cavalcante, então Presidente da OAB, em seu discurso no STF¹⁰ quanto ao julgamento sobre as cotas para negros na UnB, afirmou que umas das maiores experiências que seus filhos poderiam ter – uma vez estudantes de universidades federais – foi terem crescidos como seres humanos após passarem a conviver com a diversidade cultural, inclusive a econômica. Segundo Ophir, as universidades brasileiras estavam reservadas até então à classe econômica mais rica, mas que agora estariam se transformando ao privilegiarem os demais grupos excluídos, seja racial quanto social, pela reserva de cotas. E lembra que a ordem constitucional brasileira não só havia rejeitado o preconceito e a discriminação conforme seu Artigo 3º, como impôs ao Estado o dever de estabelecer políticas afirmativas para diminuir as desigualdades.

Para a ministra Cármen Lúcia, atual presidente do STF, diz que se observarmos o Artigo 1º da Constituição Federal de 1988, todos os verbos utilizados na sua expressão normativa são de ação – **construir, erradicar, reduzir, promover** – ou seja, designando a necessidade de um comportamento ativo por parte do Estado. E ressalta, que, assim sendo, os Objetivos Fundamentais do Brasil são definidos em termos de obrigações transformadoras do quadro social e político, tratado pelo constituinte quando da elaboração do texto constitucional, inspirada como foi, na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Para entender estas importantes colocações e sua relevância no contexto brasileiro, vale lembrar que o Censo¹¹ de 2010 levantou que 50,7% da população é negra, ou seja, cerca de 97 milhões da população, em comparação às 91 milhões brancas. Segundo o IPEA¹², foi a primeira vez que a auto declaração negra ultrapassou a branca no Brasil.

¹⁰ Discurso no STF quanto a constitucionalidade das cotas na UnB – <https://goo.gl/kAdGc0>

¹¹ Censo de 2010 - <http://censo2010.ibge.gov.br>

¹² IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – <https://goo.gl/OeiX6X>

Por outro lado, conforme dados do IBGE¹³, negros ganham, em média, pouco mais da metade (57,4%) dos rendimentos recebidos pelos brancos. Este fator tem que ser colocado em debate ao falarmos sobre as Ações Afirmativas devido as históricas clivagens econômicas do Brasil, como é comprovado pelo Índice de Gini de 0,498 divulgado no último PNAD¹⁴, que mostra como os 10% mais ricos tiveram um aumento de renda de 6,3% (renda média de R\$ 11.758), enquanto os 10% mais pobres apenas 3,5% (renda média de R\$ 470).

Estes dados demonstram que a sociedade brasileira permanece clivada por forte racismo, e isto tem influência direta na educação e na autonomia destes grupos excluídos, perpetuando assim as desigualdades, como visto no Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD)¹⁵ que diz que quanto menor a renda menor a porcentagem do acesso ao nível superior e, conseqüentemente, à renda maiores e participação política efetivamente maiores.

Em comparação com a pesquisa feita pelo INESC¹⁶ sobre as eleições de 2014, foram eleitos para a Câmara somente 106 candidatos que se auto declararam negros, o que representa apenas 20,7% do total. Já no Senado foram 5 dos 22 eleitos. Se considerarmos o aspecto gênero a representação é ainda menor. Num país onde 51,4% são mulheres, sua representação no Congresso Nacional é de apenas 46 dos 513 deputados, ou seja, 8,96% (0,6% para as negras e 1,6% para as pardas) do total. E no caso indígena, zero por cento.

Segundo Luiz Augusto Campos¹⁷, esta baixa representatividade – no caso dos negros – não é devido a falta de candidaturas. Segundo o TSE houve apenas 43% de candidatos brancos. Porém, ao observarmos o resultado final este número sobe para 72% (quase 30% a mais) de deputados federais brancos eleitos, o que demonstra certos aspectos no interior da disputa eleitoral, como por exemplo acesso à recursos financeiros, apoio político, empresarial e da mídia, etc, – fruto de certos pactos políticos e clivagens sociais históricas no Brasil – que acaba dificultando a real representatividade desta parcela da sociedade. *“Mesmo quando o igual respeito à liberdade e à autonomia dos indivíduos é garantido pelas leis (no caso eleitoral), há hierarquia significativas, que organizam a produção social das preferências e as possibilidades das ações, restringindo o horizonte em que se definem.”* (BIROLI, 2013)

¹³ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – <https://goo.gl/LRmdi6>

¹⁴ Pnad – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – <https://goo.gl/YLvqAE>

¹⁵ PNUD – http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm

¹⁶ INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos – <https://goo.gl/onjujW>

¹⁷ Instituto de Estudos Sociais e Políticas da UERJ – <https://goo.gl/zRfoDP>

No caso da sociedade brasileira, esta apatia se evidencia mais ainda na desigualdade permeada pela clivagem de negros e brancos, que podem ser quase totalmente traduzida numa clivagem de proprietários e trabalhadores ou ricos e pobres. Desse modo, Guimarães (2001) – ao analisar o comportamento políticos dos negros ao longo da história – afirma que “os negros tem preferência pelos políticos populistas, principalmente os trabalhistas” (Ibid.: 126). O êxodo rural de pessoas com uma cultura relacional típica do coronelismo (lealdade e proteção) encontrará no populismo seu equivalente. Apesar do caráter de manipulação do populismo, Weffort (2003) assevera que, após o Estado Novo, as classes populares possuíam maior autonomia – apesar da apatia recorrente – e começaram a pressionar o Estado por mudanças.

Para termos uma visão panorâmica da importância das Ações Afirmativas no contexto brasileiro, precisamos entender o fenômeno que aflinge os afrodescendentes em sua totalidade quanto: a) IDH; b) Composição da Pobreza; c) Desigualdade de Renda; d) Escolaridade; e) Trabalho Infantil; f) Mercado de Trabalho; g) Habitação e consumo de bens duráveis; h) Representação do Poder e i) Expectativa de Vida.

Porém, para muitos dos parlamentares das mais diferentes ideologias no Brasil que tem debatido projetos para mudarem a realidade da desigualdade brasileira entendem que, ao estipularem cotas para negros nas universidades públicas, espaço este até então reservados à elite branca, estão atacando desta forma o que para muitos constitui *a causa primordial das desigualdades históricas*, isto é, o segregador sistema educacional, que tradicionalmente, sempre reservou à um pequeno grupo detentor da hegemonia política, econômica e social do país, a melhor educação, deixando aos negros e pobres, sempre com uma educação de inferior qualidade. (GOMES, 2003, p. 15-16)

É neste sentido que o economista Ricardo Henriques¹⁸ (2002) afirmou que no Brasil “é preciso tratar desigualmente os desiguais”, e que *devemos romper com a matriz francesa universalista que acha que o imperativo da igualdade é a melhor matriz para fazer qualquer intervenção, tratando todos por iguais*. Segundo Ricardo, esta é a estratégia mais cínica de lidar com o problema da desigualdade. É por isto que a Ação Afirmativa é planejar e atuar no sentido de promover a representação de certos tipos de pessoas – aquelas pertencentes a

¹⁸ Pesquisador da UFF especializado em Economia Social nos temas como educação, desigualdade, pobreza e distribuição de renda. Atualmente é membro do IIPPE da Unesco.

grupos que têm sido sistematicamente excluídos – ao ensino superior, e, conseqüentemente, a melhores empregos e quem sabe assim, deterem de uma maior autonomia para as suas representações políticas, segundo Barbara Bergmann. (1996, p.7)

Assim, para reverter esse quadro de injustiças e desigualdades raciais – considerando o ponto de vista conjuntural e estrutural –, é pela defesa de um amplo programa de Ações Afirmativas, políticas estas que visam combater todo tipo de discriminação, bem como atuar para corrigir os efeitos ainda presentes da discriminação do passado (GOMES, 2001).

Apesar das cotas serem vistas por alguns autores apenas como um elemento reformista, ela teria um caráter democratizante, educando ou mobilizando politicamente os negros, colocando em xeque a secular opressão racial no Brasil. Sendo um meio e não um fim em si mesma, teria o poder de proporcionar visibilidade aos negros. (Domingues, 2005)

Portanto, as medidas pós-Durban, ao proporem Ações Afirmativas em prol da “população negra”, rompem assim, como afirmam Yvonne Maggie e Peter Fry (2004), não só com o a-racismo e o anti-racismo tradicionais, mas também com a forte ideologia que sustentava que o Brasil era um país da mistura, ou, do hibridismo, como dizia Gilberto Freyre. Para estes autores as Ações Afirmativas trariam nitidamente a evidência não de um Brasil de todas as misturas e harmonias, mas de grupos distintos e separados, daqueles que teriam (negros) e daqueles que não teriam (brancos) a necessidade das Ações Afirmativas. (Ibid.: 68)

Quando se trata de enunciá-los, independentemente do maior ou menor poder de convicção de seu fundamento absoluto; quando se trata de passar à ação, ainda que o fundamento seja inquestionável, começam as reservas e as oposições. O problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de justificá-los, mas o de protegê-los. Trata-se de um problema não filosófico, mas político. (BOBBIO, 1992, p. 24)

A partir de 1988, ano do centenário da abolição da escravatura e da promulgação da nova Constituição inspirada em partes na DUDH, as lideranças negras já percebia que a luta por direitos necessitava transpor os limites do combate aos “crimes de racismo”. Portanto, voltaram-se a demandar “ações afirmativas”, tais como o governo norte-americano adotara nos anos 60. Essa demanda representou uma importante guinada na pauta de reivindicação dos negros brasileiros, dando início a uma era de luta contra as desigualdades sociais no país, vistas agora como “raciais”, independentemente do combate à discriminação e ao preconceito.

4 – INTRODUÇÃO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NOS EUA

*Aprendemos a voar como os pássaros
e a nadar como os peixes, mas não
aprendemos a conviver como irmãos.*

Martin Luther King

As Ações Afirmativas surgiram na Índia na tentativa de flexibilizar as desigualdades sociais presentes naquela cultura tão fortemente imobilizada pelo sistema de castas. O texto constitucional indiano de 1949 já previa reserva de vagas no serviço público para os cidadãos mais desfavorecidos (Dalits). Porém, é na década de 60 nos EUA, momento em que viviam grandes reivindicações internas de direitos humanos, que o termo “*affirmative action*” ganha nome, força e amplitude, visando mudanças e oportunidades iguais no campo do emprego, em primeiro momento. A Ação Afirmativa passou a significar, desde então, “a exigência de favorecimento de alguma minorias socialmente inferiorizadas, juridicamente desiguais, por preconceitos arraigados culturalmente e que precisavam ser superados para que se atingisse a eficácia da igualdade preconizada constitucionalmente na principiologia dos direitos fundamentais”. (Rocha apud Piscitelli, 2009)

Foi com o forte movimento negro e suas lideranças nacionais como Rosa Parks, Martin Luther King – pacifista e adepto da não-violência de Gandhi para a obtenção da igualdade racial, bem como Malcolm X, que mesmo recusando a igualdade racial anos depois aceitou a convivência com a sociedade branca, Huey Percy e Bobby Seale, dos Panteras Negras e Angela Davis, que as leis segregacionistas foram sendo derrubados na década de 60.

A Marcha sobre Washington reuniu pacificamente 250 mil pessoas no Memorial Lincoln em 1963, reivindicando o fim da discriminação institucional, levando Luther King a ganhar o Nobel da Paz em 64. Tudo isto trouxe a atenção mundial para a causa afroamericana. As conquistas dos negros vieram com a Lei dos Direitos Civis de 1964 e a Lei dos Direitos ao Voto de 1965. Estas leis asseguraram o fim da segregação racial em espaços públicos e privados, além do voto universal, independentemente do nível educacional ou condição social. É neste contexto de ampla defesa de direitos que também se exige do Estado uma postura ativa para a melhoria da população negra, daí o surgimento das Ações Afirmativas, necessidades que iriam muito além da simples derrubada das leis segregacionistas. (Ibid.: 64)

De 1960 a 1995, segundo estudo de Derek Bok, ex-Presidente da Universidade de Harvard e ex-Presidente da Faculdade de Direito da mesma instituição, o número de negros com as Ações Afirmativas se formando no ensino superior passou de 5,4% para 15,5%; no caso das Faculdades de Direito, mais de 700%; já o número de agentes públicos eleitos (governadores, prefeitos, delegados, juízes, promotores e xerifes) saltou de 280 para 7.984 (PISCITELLI, 2009:91), o que demonstra que sem a interferência ativa do Estado, estas mudanças no quadro social jamais seriam vivenciadas naturalmente pelos afroamericanos.

Vale lembrar que a população negra nos EUA, segundo estimativas de 2016¹⁹, é de apenas 12,85%, em comparação com a branca com quase 80%, de um total de 322 milhões de habitantes. Seu ranking no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)²⁰ do Programa da Nações Unidas (PNUD) de 2015 que cobra 188 Estados-membros (dentre os 193), foi a 8ª (0,915), atrás apenas de países como Alemanha, Dinamarca, Suíça, Austrália e Noruega. Já a sua distribuição de renda *per capita* através do Índice Gini²¹, leva os EUA a ficar na posição 91 (dentre os 154) avaliados nas últimas pesquisas.

Estes dados revelam que apesar de um IDH elevado, os EUA ainda sofre questões sérias de oportunidades desiguais em sua sociedade, como por exemplo a que é causada pelo racismo cultural, como levantado pelo relatório do Centro Pew²², que revela que em 2015, a renda média por hora de um americano de origem branca foi de US\$ 21, enquanto de um americano negro foi US\$ 15. Quando o relatório é ajustado levando em conta o mesmo nível educacional, os brancos tiveram uma renda média de US\$ 32 em quanto os negros US\$ 25.

Em março de 2014, a ONU denunciou que a discriminação racial no EUA se dá de forma constante em todas as esferas da sociedade. Para cada dólar na renda de uma família branca, uma equivalente negra tem apenas cinco centavos de dólar, principalmente após a crise financeira de 2008. A mobilidade social tem se mantido estancada 50 anos após a aprovação da Lei dos Direitos Civis. Segundo Darrick Hamilton (2015), professor de economia da The New School em New York, a renda média de uma família branca é de US\$ 135.000, enquanto a renda média de uma família negra de apenas US\$ 12.000.

¹⁹ Fonte: CIA The World Factbook

²⁰ IDH – ONU / <http://www.undp.org>

²¹ Index Mundi - <http://www.indexmundi.com>

²² Organização privada de pesquisa em Washington. Fonte BBC - <https://goo.gl/bhVpBP>

Darrick Hamilton²³ sustenta que ainda hoje há uma forte incorporação de preconceito racial permanente em várias esferas dos EUA, como comprovado por um estudo seu que demonstrou que diante de um processo seletivo profissional, os melhores currículos, mesmo sendo de candidatos negros, tiveram menores chances de serem contratados que a de brancos com piores bagagens. Com estes dados e estudos Hamilton tem reivindicado por parte do Governo mais medidas para forçar o setor privado a melhorar esta situação, além de organizar um fundo para crianças pobres para “nivelar o campo do jogo” com os mais ricos, e buscado que o sistema fiscal seja mais progressivo. E afirma: *meio século depois do fim da segregação racial após a histórica Marcha sobre Washington, resta muito caminho a percorrer: a frieza dos números torna inegável os efeitos econômicos da discriminação.*

“I Have a Dream”, disse Luther King em 28 de agosto de 1963 durante a *Marcha sobre Washington*, frase que entraria para a história da oratória americana: *Eu tenho um sonho de que meus quatro filhos um dia viverão em uma nação onde eles não serão julgados pela cor de sua pele, mas pelo conteúdo de seu caráter.* Para Sérgio Pena e Maria Bortolini (2004), este sonho de King por uma sociedade onde todos são iguais independente da cor da pele é embasado hoje em dia pela genética moderna, que já prova que raças humanas simplesmente não existem do ponto de vista biológico. A Associação Norte-Americana de Antropologia (AAA) em sua “Declaração sobre Raça”, afirmou que:

Dado o nosso conhecimento genético a respeito dos seres humanos concluímos que as desigualdades atuais entre os chamados grupos raciais não são consequências de sua herança biológica, mas produtos de circunstâncias sociais históricas e contemporâneas e de conjunturas econômicas, educacionais e políticas. (PENA e BORTOLINI, 2004 apud AAA, 1998)

Raças humanas não existem do ponto de vista genético ou biológico (Pena e Bortolini, 2004 apud Templeton, 1999). Apenas 5% da variação do genoma humano ocorre entre as chamadas “raças”, e apenas 0,01% entre dois indivíduos. Segundo os autores, portanto, toda a discussão racial do ponto de vista biológico gira em torno de 0,0005% do genoma humano, apesar de continuar sendo utilizado como um instrumento de exclusão e opressão. (Ibid.: 46) *Independente da genética moderna que diz que a cor do indivíduo é estabelecida por apenas um punhado de genes sem influência sobre sua inteligência, talento artístico ou habilidades sociais, a pigmentação da pele ainda parece ser um elemento predominante da avaliação social de um indivíduo e talvez a principal fonte de preconceito e das desigualdades.*

²³ El País – Internacional (2014) / <https://goo.gl/gRW39o>

Vale lembrar que após a escravidão, os mulatos nos EUA eram frequentemente reconhecidos como uma categoria distinta, e a única vez que o censo norte-americano utilizou a categoria “mulato” foi entre 1850 a 1910, o que foi eliminada após a legalização da segregação, principalmente nos estados do sul. Toda a mistura de origem Africana passou a ser considerado unicamente negra, sem levar em consideração a mestiçagem, usando os critérios de descendência mínima (*hypodescent*) ou de uma gota de sangue (*one drop rule*) – que impedia que as pessoas de origem Africana negasse a sua negritude – para classificar quem era negro ou não. Segundo Telles (2012: 66) embora essas leis tenham sido abolidas nos anos 60 com os movimentos negros, o regime de ascendência continua influenciando na classificação dos “negros” norte-americano.

Em comparação aos brancos e muitos outros grupos étnicos dos Estados Unidos, os negros norte-americanos estão em larga desvantagem devido tanto à discriminação, principalmente no mercado de trabalho, quanto em termos de recursos (Light e Gold, 1999, apud Telles, 2012). Para os autores, compreender como diversos os fatores que potencializa a desvantagem de recursos, como condições histórica, educação, riqueza, acesso a certos círculos sociais, capital social e autoestima é fundamental. A desvantagem de recursos tem uma forte inter-relação com a discriminação, e esta, por sua vez, representando estereótipos raciais geralmente envolvendo julgamentos ou imagens distorcidas criada pelas pessoas.

Para Barom (1969:144 apud Telles, 2012: 125), nos EUA, “a rede de racismo urbano envolve as pessoas negras como uma teia de aranha segura moscas – eles se debatem mas não conseguem ir longe”. Parte disto, principalmente, porque cerca de 57% dos brancos acreditam serem mais inteligentes que negros, o que se vê de certa forma traduzido também na segregação escolar em certa medida.

Nos EUA, cotas são ilegais, mas universidades podem adotar ações afirmativas, muitas vezes levando em conta fatores qualitativos – como origem socioeconômico ou status de minoria – para escolher alguns estudantes, mas geralmente, as principais universidades procuram adotar o alinhamento entre Ações Afirmativas com o mérito. Desde 1978 as cotas numéricas para minorias foram proibidas no país, a partir do caso (*Gratz x Bollinger*), que buscava instituir a atribuição de 20 pontos na seleção das minorias. Em contra partida, como veremos a seguir, o Supremo norte-americano enfocou, mais que nada, na questão da diversidade racial na educação superior.

5 – COMPARANDO BRASIL E EUA

*Se você vê os outros como inimigos,
não importa o nível de instrução que você tenha,
não importa o progresso material que alcance.*

Dalai Lama

Há muito tempo a sociologia norte-americana vem discutindo a excepcionalidade das relações raciais no Brasil e Estados Unidos, suas questões de igualdade e desigualdades no campo da renda, educação e representação entre brancos e negros, e, consequentemente, seus conjuntos de justificações e argumentações quanto a necessidade e importância das Ações Afirmativas (BRITTO, 2004). Uns dos principais sociólogos e pesquisadores norte-americanos neste sentido é Edward E. Telles, autor de importantes livros como *Pigmentocracias: Etnicidade, Raça e Cor na América Latina* (2014); *Gerações de Exclusão: mexicanos-americanos, Assimilação e Raça* (2008) – bem oportuno para os EUA pós vitória de Donald Trump; *Raça em Outra América: O Significado da Raça na Sociedade Brasileira* (2004); *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica* (2003) – que faz esclarecedoras comparações entre Brasil, EUA e África do Sul e *O Paradoxo da Miscigenação* (2003).

Como é de conhecimento comum, tanto os EUA quanto Brasil – através das potências militares européias –, exterminaram muitos povos indígenas e colonizaram o ‘Novo Mundo’ explorando os africanos pelo ‘sistema econômico’ escravagista. O que poucos sabem é que o Brasil ‘importou’ sete vezes mais africanos do que os EUA. Com o início da industrialização em ambos os países, iniciou a vinda de milhares de imigrantes da Europa, que desde então, passaram a dominar seus compatriotas negros através de práticas discriminatórias derivadas de uma ideologia racial (e epistemológica) superior, que nas palavras de Telles “criando o que os sociólogos chamam de uma sociedade estratificada racialmente.” (TELLES, 2004:2)

Como vimos nos capítulos anteriores, ambos os países adotaram as Políticas de Ações Afirmativas destinadas – como reparação material e simbólica – a promoverem os negros e outras etnias brutalmente excluídas na sociedade, cumprindo assim os inúmeros Tratados, Pactos e Convenções que se comprometeram desde a criação da ONU, afim de realizarem de fato e não só retoricamente, a Declaração Universal dos Direitos Humanos – os EUA à partir da década de 60 e o Brasil quase 40 anos depois. Para Telles, *as principais semelhanças entre os dois sistemas raciais desses dois grandes países multirraciais não vão muito além disto.*

Em *Racismo à brasileira* (2003), por exemplo, sobre as relações raciais no Brasil, Telles divide suas considerações em dois grupos distintos: o primeiro grupo de estudiosos advinda de Gilberto Freyre, que entendiam as relações raciais como harmônica e pouco conflituosa; o segundo grupo a de Florestan Fernandes, crítico do primeiro, e que analisava as relações raciais no contexto da industrialização e que também denunciou o racismo nas relações sociais no Brasil. Neste sentido, Telles aproveita o grande acúmulo de dados do Censo Nacional – nível de escolaridade, renda, ocupação, trabalho, acumulação de riqueza e mobilidade social – para fazer suas colocações sobre as desigualdades entre brancos e negros, tal como foi amplamente debatido nos estudos da UNESCO por Florestan nos anos 50, e que demonstra pelos índices numéricos levantados, que a raça ainda aparece como fator fundamental na determinação da hierarquia socioeconômica no Brasil. (BRITTO, 2004:3)

Qual seria então a principal diferença entre os dois sistemas raciais? Primeiro, nos EUA, ela se dá pela própria descendência africana. Se os seus ancestrais forem da África, então, você é classificado como negro, independente da sua geração. Em outras palavras, mesmo que houvesse inúmeras miscigenações que o faria se perceber mais branco do que negro, como acontece muitas vezes no Brasil, a sua ancestralidade africana lhe definiria como negro *ad eternum*. No Brasil, diferentemente do sistema norte-americano, ela não se baseia pela descendência, mas pela cor de pele e aparência física. Neste caso, você pode se autodeclarar num espectro bem variado entre negro, pardo, moreno, mulato e branco. Esta flexibilidade pode ser o motivo da autodeclaração negra ter superado a branca no Brasil em 2010, principalmente após a constitucionalidade das cotas raciais para as universidades e para setores do serviço público, abrindo oportunidades que até então inexistiam. (Telles, 2004: 3)

Independente de qual sistema você se baseia, para Telles, ambos possuem raízes na ideia da supremacia branca, o que se confirma pelas brutais diferenças econômicas entre brancos e negros como vimos anteriormente, apesar da Raça ser um importante princípio organizador para o autor. *Mesmo que suas respectivas ideologias e padrões de relações raciais tenham resultados em formas radicalmente diferentes por terem respondidos a forças históricas, políticas e culturais distintas*, mais da metade do século XX os negros foram excluídos da democracia norte-americana, como percebeu Du Bois; porém, apesar de Du Bois não conhecer a realidade brasileira que não é bipolarizada, como afirma Telles, *mais da metade do século XX também não houve democracia no Brasil*. (Ibid.: 4) O que evidencia ainda mais a dominação da supremacia branca no sistema político e econômico, como se sabe.

“Como teriam surgido ideologias raciais tão distintas entre o Brasil e EUA?”, “Elas afetariam as manifestações das relações sociais, ou meramente suas interpretações?”, indaga Telles. Para o autor, um problema nas comparações entre os dois países é a dissociação entre ideologia e análise social. Por exemplo, explica que a sociologia norte-americana explica a persistência do racismo e da desigualdade – apesar do fim da segregação formal – devido a segregação geográfica, residencial. Ou seja, a divisão entre bairros tipicamente brancos e negros, que produziriam fronteiras simbólicas e os manteriam diferenciados, separados e desiguais. Diz que o mesmo não se poderia aplicar, como base teórica, para o Brasil, que estaria mais baseada pela classe social e não diretamente pela diferenciação racial. (Ibid. 4)

Em quanto os EUA se baseiam pela segregação, buscando a classificação racial exata e evitando o convívio residencial, casamento e amizade; na mistura racial brasileira, a miscigenação ou mestiçagem seria celebrada como moralmente melhor. Como diz DaMatta (1991 apud Telles, 2004), nem todos os países ocidentais são guiados pelos ideais da pureza de raça como baluarte da superioridade e evolução. A *mestizaje* racial é encarada como algo positivo, mas denuncia que este sistema também foi baseado na supremacia branca e não evitou as injustiças raciais. Por isto o termo principal que tem sido empregado cada vez mais pelos acadêmicos é a exclusão, apesar da crítica de Telles quanto ao termo. Ao menos, como ideologia, ela seria a antítese da miscigenação. Porém, “como explicar a afirmação que o Brasil é um exemplo de miscigenação e que negros, indígenas e brancos se socializam, se ao mesmo tempo é considerado uns dos países mais desiguais do mundo?” (Ibid.: 5)

Este fato curioso é relatado pelo ganense Anani Dzidizienyo (2010), da Universidade Brown, que estuda relações raciais no Brasil há mais de 30 anos. Segundo Anani, “No Brasil, a discussão sobre Ações Afirmativas provoca reações históricas, o que demonstra certa inabilidade e miopia por parte dos brancos, geralmente, em não reconhecerem ou admitirem o racismo institucional”. Talvez, poderíamos aqui dizer, que esta reação histórica seja reflexo das inúmeras décadas anteriores onde a democracia racial foi tão cultuada no Brasil como o maior elemento de orgulho nacional, se naturalizando com o tempo e dificultando assim a verdadeira percepção quanto a real condição da população negra e minorias. (grifo meu)

No caso norte-americano, mesmo com as inúmeras iniciativas por parte do Estado em promover as reparações históricas não só formalmente mas com medidas efetivas, como a *Civil Rights Act* de 64 e a *Ordem Executiva* de 65, por Lyndon Johnson, mas também com a

mais abrangente lei das Ações Afirmativas em 69 com Nixon no setor da construção civil, ainda hoje, como no Brasil, o principal abismo entre branco e negros nos EUA continuam em áreas como renda e educação. De acordo com o Departamento de Educação dos EUA, 19,5% dos negros entre 25 e 29 anos tinham diploma superior em 2007, contra 35,5% dos brancos.

Segundo Telles, os índices sociais – que incluem emprego, saúde e educação – entre os afrodescendentes norte-americanos são os piores em 25 anos. De acordo com Michelle Alexander em seu livro *The New Jim Crow* (2010), um negro sem estudo tem mais chance de conseguir uma vaga na prisão do que em uma empresa, e o mais assombroso: há mais negros na prisão hoje do que escravos nos EUA em 1850, segundo a autora. “Negar a cidadania aos negros norte-americanos foi a marca da construção dos EUA. Centenas de anos mais tarde, ainda não temos uma democracia igualitária. Os argumentos e racionalizações que foram pregadas em apoio da exclusão racial e da discriminação em suas várias formas mudaram e evoluíram, mas o resultado se manteve praticamente o mesmo da época da escravidão”.

No Brasil a situação não é tão diferente assim. Segundo a *Human Rights Watch* (HRW)²⁴, as unidades prisionais brasileiras são “severamente superlotas e empesteadas de violência”, como divulgado em seu relatório mundial de 2015. Pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen)²⁵, dos 622.202 presos, 67% são negros (pretos e pardos), conforme divulgado pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen). A crítica do relatório é bem conhecida internacionalmente: as prisões brasileiras são ambientes que mais degeneram do que reintegram o indivíduo à sociedade. Talvez esta seja a única diferença entre as prisões brasileiras e as norte-americanas, a qualidade das instalações, uma vez que as brasileiras são públicas e precárias e as norte-americanas são quase que totalmente privadas, o que gera outro grave problema: a extrema violência racial pela mercantilização dos negros.

Para Becky Pettit, autora do livro *Invisible Men: Mass Incarceration and the Myth of Black Progress* (2012), os progressos sociais alcançados pelos negros são tão baixos quando comparados à sociedade norte-americana como um todo, sua estagnação social é tão profunda e a população carcerária negra são tão violentada institucionalmente que a sua comparação com a época da escravidão é um fato explícito. Para Pettit, não há desde 1990, por exemplo, aumento no índice de negros norte-americanos conseguindo concluir o ensino médio.

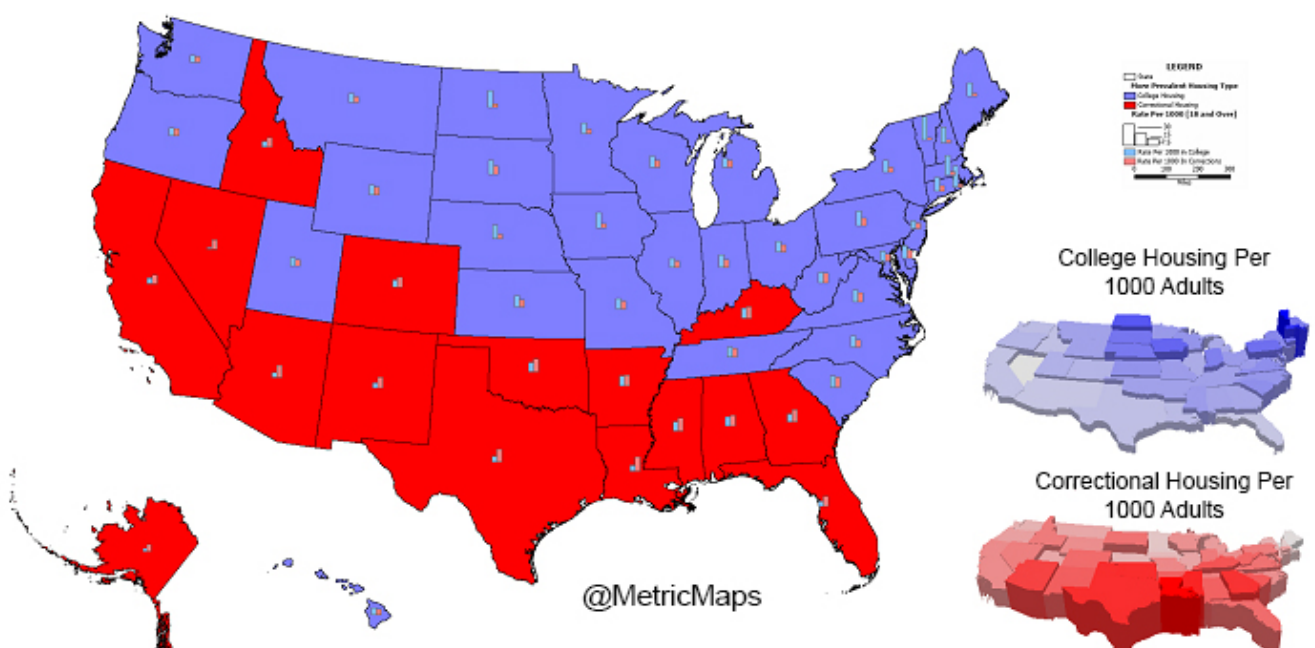
²⁴ HRW - <https://www.hrw.org/pt/americas/brasil>

²⁵ Dados Infopen / <https://goo.gl/sEYZ9k>

Michelle Alexander também critica o sistema judiciário dos EUA que condena negros a sentenças 19,5 vezes maiores que os brancos em situações semelhantes, fora a brutalidade em se enviar em massa às prisões os afro-americanos. “Em 2013, vimos o fechamento de centenas de escolas de ensino fundamental em bairros majoritariamente negros. Onde estas crianças vão estudar? É um círculo vicioso que promove a pobreza, distribui leis que criminalizam e levam as comunidades de cor para prisão”. Afirma Alexander em seu livro *The New Jim Crow* (2010), em referência as leis Jim Crow que entre 1876 a 1965, institucionalizaram a segregação racial no país até serem “revogadas” formalmente – mas não completamente na prática – em 1964, pelo *Civil Rights Act*.

No Brasil, pelos dados do Infopen, 54% dos detentos brasileiros são jovens, 67% são negros e apenas 8% concluíram o ensino médio, e boa parte dos presos têm ou teve familiares próximos presos. O que faz a *Human Rights Watch* dizer que as penitenciárias brasileiras continuam sendo o retrato de um país marcado pela desigualdade, como também acontece nos EUA, que atualmente tem a maior população carcerária do mundo, com 2,2 milhões de presos. Dois terços de todos os negros presos no mundo estão em presídios norte-americanos, o que coloca em cheque as últimas comemorações (2013) pelo presidente Barack Obama pelo aniversário de 50 anos do emblemático discurso “Eu Tenho um Sonho”, de Martin Luther King Jr., que é considerado um marco da igualdade de direitos civis dos afro-americanos.

2010: Adults living Quarters in Institutional Settings (college vs corrections).
Source 2010 Census Congressional District Summary File
(113th Congress)



Como visto acima no MetricMaps²⁶, há mais corpos enchendo prisões do que estudantes vivendo em dormitórios de faculdades, principalmente no sul do país, berço da tradição escravagista, violência racial e da segregação promovida pelas leis de Jim Crow.

Por outro lado, mesmo com as tentativas de restrições das cotas universitárias pela Suprema Corte norte-americana, postura esta bem diferente da que demonstrou a Suprema Corte brasileira, as políticas de cotas como uma política fundamental têm sido cada vez mais interpretada – quanto ao uso da escolha pelo critério da cor – ***a partir de um novo paradigma pedagógico***: o da promoção da diversidade cultural. No caso judicial da Universidade da Califórnia vs Bakke²⁷, por exemplo, que acabou desautorizando paradoxalmente o uso das cotas nas universidades, manteve a legalidade do critério pela cor, argumentando que é interesse de Estado (*compelling state interest*) a diversidade na sala de aula. Justificação esta que tem ganhado não só as Cortes norte-americana – como a brasileira, se lembrarmos do discurso de Ophir Cavalcante no STF ao dizer da importância da diversidade cultural para a formação de seus filhos –, mas também tem ganhado a opinião pública em geral, o que acaba favorecendo as políticas identitárias e multiculturalistas. (João Feres Júnior, 2007)

É importante lembrar que em muitos Estados onde as universidades são proibidas de levar em conta aspectos de "raça" para admissão de estudantes nos EUA, como a Califórnia e, desde 2006, Michigan, a representatividade de negros caiu 51% entre 2005 e 2010 na Faculdade de Direito da Wayne State University, e 55% na Faculdade de Medicina, segundo a coalizão de defesa das ações afirmativas BAMN ("By Any Means Necessary". Entre 1995 e 2000 esta queda se notou principalmente nos campus mais prestigiosos, como Los Angeles e Berkeley, mas aumentou em unidades como Riverside e Santa Cruz.

A necessidade das políticas multiculturalistas é de extrema importância, dado que tanto o Brasil e os EUA são os dois maiores países 'democráticos' do Ocidente, seja pelo tamanho quanto em suas populações de origens africanas (Telles, 2004:11). Telles aborda que o Brasil colocou no centro da sua agenda as políticas de Ação Afirmativas, promovendo explicitamente a integração dos negros à justiça social, combatendo assim a vasta gama de exclusões que se manifestavam mesmo com a afirmação da democracia racial brasileira, que integrava negros, brancos e indígenas.

²⁶ MetricMaps / <https://metricmaps.org>

²⁷ Gemaa – Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa / <https://goo.gl/SRRoPB>

Ainda que às custas da precisão científica e do uso sistemático de provas, como afirmado por Telles (2004), o estudo de Gilberto Freyre serviu para promover a unidade nacional, muito *devido ao seu carisma literário e vívido retrato da vida e da tradição nordestinas que se difundiram pela imaginação de leitores por gerações*, nas palavras de Telles, e que ajudaram o país a criarem os “elos de sentimento” ou pertencimento, para a construção da identidade nacional. Porém, segundo o autor, foi Jorge Amado, como nenhum outro escritor, que retratou como poucos a mescla das raças, da harmonia racial e do sincretismo cultural, não do ponto de vista das elites, mas do ponto de vista das ruas, popularizando assim ainda mais as ideias da miscigenação e da democracia racial no Brasil e no mundo, o que depois foi sendo consagrado pelo carnaval, pelo futebol e pela abertura da umbanda, que representaram a autoimagem da harmonia multirracial no país. (Ibid.: 28-30)

De qualquer forma, a mudança da democracia racial para a Ação Afirmativa nos anos 90 representa, para Telles, um momento dramático na histórica brasileira, pois, apesar das reações de uma parcela da sociedade quanto a questão das cotas, ao ser reconhecido pelo governo a existência do racismo institucional em Durban, em 2001, perante toda a comunidade internacional, esta postura pública sobre a necessidade da compensação e reparação seria um caminho sem volta e de gradual conscientização, e, principalmente, efetivação dali por diante. Muito destes êxitos, é claro, veio da própria capacidade de organização e pressão dos próprios movimentos negro, que em muitas situações conseguiram a cobertura da imprensa nacional e a ampliação do seu diálogo com o Governo Federal na época de Fernando Henrique Cardoso, principalmente por ser este sociólogo, aluno de Florestan Fernandes e ter estudado as relações raciais no sul do Brasil. (Ibid.: 47)

Mesmo que a elite brasileira continuasse a resistir a ideia de integração dos negros nas estratégias de desenvolvimento nacional no governo Fernando Henrique Cardoso, ou daqueles intelectuais que viam na diferenciação da raça pelas Ações Afirmativas um elemento negativo na concretização da democracia racial (Ibid.: 47), foi só em 2012 por parte do Superior Tribunal Federal (STF), após 64 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e dos inúmeros Tratados, Pactos e Convenções, que as cotas raciais – e depois as sociais – foram definitivamente constitucionalizadas no país. Este fator de longo tempo até a sua constitucionalização demonstra, como no caso norte-americano, uma enorme disputa de forças no interior de todo o processo político, jurídico, intelectual, econômico e social.

O Projeto de Lei mais ambicioso em busca de igualdade foi a de Paulo Paim, em 2000, conhecido como Estatuto da Igualdade Racial. Esta proposta, na ocasião, estabelecia 20% de cotas para negros nas universidades públicas, governos municipais, estaduais, empresas de médio e grande porte; 30% para candidatos negros nos partidos; 25% para atores de televisão e filmes; 40% nas campanhas publicitárias; que a história africana fosse ensinada nas escolas; que as terras quilombolas tivessem garantias legais; que o Congresso tivesse um cargo de ouvidor racial e que cada descendente africano recebesse 102 mil como compensação da histórica escravidão (Telles, 2007:50) Projeto este, é claro, que nunca conseguiu aprovação.

O fracasso de um projeto nestas dimensões se daria, segundo João Feres Júnior (2007), porque nas democracias contemporâneas *qualquer política pública tem que ser justificada perante a sociedade na qual ela é aplicada, e sua conscientização deve ser gradual, ampla e profunda* através de importantes debates nas esferas pública, acadêmica, legislativa ou jurídica. É por isto que os direitos humanos não nascem todos de uma vez nem de uma vez por todas, segundo Bobbio (1988), ou para Arendt (1979) que diz que os direitos humanos não são um dado, mas um construído, uma invenção humana em constante processo de construção e reconstrução, fundamentado em um espaço simbólico de luta e ação social. Como também colocado por Joaquim Flores, ao dizer que os direitos humanos compõe a nossa racionalidade de resistência na medida que abrem espaços em busca da dignidade humana. Realçam, sobretudo, a esperança de um futuro moral e ético, pautado pela gramática da inclusão, refletindo a plataforma emancipatória que busca o nosso tempo. (in Piovezan, 2005)

Qual é a relação destes pontos com a nossa análise comparativa? Como bem colocado por João Feres Júnior (2007), os três argumentos básicos de justificação das políticas de Ações Afirmativas são: reparação, justiça distributiva e diversidade. Estes três argumentos *têm sido os pilares sobre os quais se assenta a justificação de tais políticas, seja no Brasil ou EUA*. Afirma que nem sempre os três estão presentes ao mesmo tempo, mas onde quer que estas políticas tenha sido implantada, pelo menos uma delas tem sido usado como argumento.

Porém, Feres Júnior vai além, diz que em cada momento histórico as bases conceituais destas mesmas argumentações sobre as Ações Afirmativas podem, naturalmente – *já que os direitos humanos não são um dado, mas um construído em constante processo de construção e reconstrução*, como afirmado por Arendt (1979) –, evoluir e ganhar novos elementos para as suas próprias justificações, como tem sido a própria genética na biologia, por exemplo, a

introdução do conceito diversidade nos EUA e, quem sabe no futuro, possamos ver as Ações Afirmativas também como uma pedagogia da cooperação, formando cidadãos mais comprometidos não só com as próprias necessidades, mas de todo o conjunto da sociedade.

Percebemos esta justificação visando o benefício da coletividade através das políticas de Ação Afirmativa no voto do Ministro Ricardo Lewandowski no caso da ADPF n. 186, que foi ajuizada pelo partido Democratas contra a política de cotas-racias na Universidade de Brasília. Nesta ocasião o ministro cita John Rawls – maior expoente da teoria da justiça do liberalismo igualitário – defendendo a intervenção estatal consciente para corrigir as desigualdades reais da sociedade, “distribuindo os bens e oportunidades existentes na sociedade em benefício da coletividade como um todo” (Lewandowski, 2012, p. 7, apud Feres Jr., 2013). É importante lembrar que a contribuição de John Rawls em *A Teoria da Justiça* (1971) inaugurou um debate sobre a justiça no âmbito da teoria política que influenciou fortemente outras disciplinas, como os estudos das políticas públicas e do Direito.

João Feres Jr. (2013) lembra que outras vertentes da teoria política e moral podem ser, e de fato são, usadas na justificação das políticas de Ações Afirmativas, como o comunitarismo (p. ex., Sandel, 1982; Walzer, 1983), o multiculturalismo (Young, 1990; Kymlicka, 1995), a teoria do reconhecimento (Taylor, 1992) que, nas palavras do próprio cientista política, *ainda que tal conexões seja muitas vezes interpretada erroneamente ou rejeitadas dentro e fora da academia, elas existem*. Como é o caso das Ações Afirmativas justificadas pela ótica do conceito africano Ubuntu (Mattos, 2015), que englobaria as três vertentes citadas anteriores simultaneamente, o que seria inovador tanto para o Brasil, quanto, e principalmente, para o caso norte-americano, que, como afirma Lincoln Caplan (1997), é o tema mais controverso na história da Suprema Corte, caracterizando um verdadeiro conflito de interpretação acerca do significado e da finalidade da Ação Afirmativa.

A principal divergência entre os ministros conservadores e progressistas nos EUA é que o primeiro se apoiam na cláusula da não-discriminação para alegar a inconstitucionalidade da política de Ações Afirmativas, enquanto os progressistas, demonstram claramente que há uma distinção entre discriminação positiva e discriminação negativa, argumentando que o texto constitucional proíbe a negativa, e não a positiva, que visa a restituição de direitos e oportunidades que não crescem naturalmente na sociedade sem a intervenção do Estado.

Por isto é importante salientarmos – ao compararmos a atuação dos Três Poderes nos dois países – que nos EUA a Suprema Corte não teve um papel decisivo eminentemente positivo desde a década de 70, se comparado com as atuações do Legislativo e principalmente a pioneira que teve o Executivo quanto as Ações Afirmativas para o alargamento e capitarização do acesso a direitos da minoria negra norte-americana. Na realidade, muitas das iniciativas dos outros dois Poderes foram paulativamente reduzidas no Judiciário, como foi o mais famoso caso da *Regents of the University of Califórnia vs Bakke*, em 1978, como citado anteriormente, *que até os dias de hoje é considerado um divisor de águas na história da Ação Afirmativa nos EUA*, quando foi declarado inconstitucional o programa de cotas raciais. Como bem colocado por Feres Jr., *dada a importância política e social da questão racial naquele país, essa evidência não pode ser desprezada*. (FERES, 2007)

A Constituição Federal do Brasil de 1988 é muito mais extensa se comparada com a Constituição norte-americana, entre outros motivos, por ter sido elaborada quase duzentos anos depois, contendo conquistas acumuladas ao longo de todo esse período de lutas pela expansão de direitos civis, políticos, econômicos e sociais. Conhecida como Constituição Cidadã, ela avança muito para o campo “social” e não somente nas proteções individuais, e está cheia de linguagem de ativismo estatal, ou seja, de Ação Afirmativa. Mesmo assim, segundo o autor, o conflito de interpretações no campo da moral e da legalidade no Brasil se assemelha muito ao dos Estados Unidos. (FERES, 2006)

Portanto, é importante lembrar que cada argumentação de justificação sobre as Ações Afirmativas aponta um tipo de beneficiário. Quando se diz que a desigualdade de renda no Brasil é uma desigualdade social e não racial, à primeira vista parece convincente, como afirma o autor, mas não é verdadeiro, pois os dados mostram que se não houvesse discriminação racial, pretos e pardos tenderiam a igualar o perfil sócioeconômico dos brancos com o passar das gerações, o que não se observa. Pelo contrário, a razão entre a renda dos brancos tem permanecido o dobro em relação aos negros por todo o século XX, só vindo a diminuir um pouco a partir do século XXI. (Ibid.: 3)

O espírito de reforma social consagrado na nova Constituição de 88, inspirada na DUDH, continuar a inspirar a luta por direitos humanos e pela realização do sonho democrático da igualdade de oportunidades. As políticas públicas são, segundo João Feres Jr., um instrumento poderoso por meio do qual o Estado pode responder aos anseios da sociedade.

6 - CONCLUSÃO

*Dilatai a fraternidade, e chegareis das afeições
individuais às solidariedades coletivas,
da família à nação, da nação à humanidade.*

Rui Barbosa

Considerando as Formas de Governo em termos recentes, há 240 anos temos aspirado – como sociedade política e econômica – consolidar os valores da liberdade e da igualdade na Democracia. Isto teve início com a Revolução Americana que gerou a Carta da Declaração da Independência dos Estados Unidos da América (1776), documento este cujo valores de igualdade e de direitos inalienáveis como vida, liberdade e busca da felicidade inspirou os direitos humanos em todo o mundo, como três anos depois a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, na Revolução Francesa (1789), onde juntas se tornaram as bases para atual Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pela ONU em 1948.

Se o valor da Igualdade é sinônimo de Democracia, como afirmado na introdução por Alexis de Tocqueville, é preciso fazer esta Democracia descer do céu dos princípios para a terra onde se chocam conflituosos interesses, geralmente individualistas e econômicos, como afirmado por Norberto Bobbio (1978-84), e instituir oportunidades iguais para todos, de fato, independentemente de cor, sexo, origem ou raça, como afirmado por John Kennedy.

Como vimos nas referências sobre a genética, não existe embasamento científico que prove a superioridade dos brancos em relação às demais raças, principalmente a negra, sendo assim, se as desigualdades continuam em voga mesmo depois dos inúmeros Tratados, Pactos e Convenções que os países foram signatários após a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o que vemos traduzidos nas brutais diferenças de renda, nível educacional, oportunidades de emprego, representação política, de acesso a bens duráveis, da população carcerária, entre outras desigualdades entre brancos e negros – mas também existente nas classes sociais como um todo e desiguais entre homens e mulheres e minorias indígenas, por exemplo –, é devido a discriminação racial ainda estar fortemente presente no imaginário cultural da sociedade. Fruto, evidente, de uma longa construção baseado na superioridade racial branca, pautado nos valores do progresso material, científico, intelectual e simbólico em primeiro lugar, em detrimento das demais expressões raciais e seus respectivos conhecimentos.

Por outro lado, vimos que as Ações Afirmativas tem sido uma tentativa por parte dos EUA e do Brasil de corrigirem as desigualdades históricas que além de persistirem-se ao longo do tempo, vão se sutilizando e mudando de forma. Primeiro, com a escravidão forçada dos afrodescendentes, a expressão mais concreta da crueldade e indiferença humana; depois, mediante uma alforria meramente formal, que os mantiveram escravos por muito tempo depois devido a falta de oportunidades, que, além de os deixarem marginalizados do sistema em que (sobre)viviam, fez com que os presídios fossem quase sempre o seu único reduto escolar; e, por fim, a sutil (ou não) discriminação cultural, que, mesmo depois dos avanços na área da genética, são mantidos escravos simbolicamente, apesar disto repercutir nas demais estruturas, principalmente porque o preconceito hoje se mostra bem naturalizado e muitas vezes não percebido ou admitido como no Brasil, fruto dos longos anos do mito da Democracia Racial.

Ao mesmo tempo que as Políticas de Ações Afirmativas – na tentativa de combater tais injustiças – tem construído espaços mais “democráticos” e diversos nas diferentes esferas do convívio humano, o que pode vir a alterar os valores simbólicos e estabelecer corretas relações humanas, principalmente quando os cidadãos são forçados a observar a multiplicidade do pensamento, dos costumes e das crenças, notamos, no caso dos EUA, que os valores fundamentais para uma sociedade capitalista moderna como renda, educação e oportunidades de emprego – mesmo após 50 anos da ativação das Ações Afirmativas – continuam quase que inalteradas nas desigualdades, o que coloca em xeque se de fato as Ações Afirmativas conseguem aquilo que tanto almejam, quer seja, diminuir as desigualdades em todas as esferas da vida, principalmente econômica, ainda mais que nos EUA a classificação racial é bipolar – branco ou negro – impedindo assim a possível mobilidade racial/social através da miscigenação.

Portanto, o Brasil, diferentemente dos EUA, por ser mais flexível quanto à miscigenação e autodenominação racial, pode vir a demonstrar – mediante as Ações Afirmativas – um resultado quantitativamente melhor em relação à renda, educação e oportunidades de empregos a longo prazo. Porém, como as AA são um fenômeno ainda recente no Brasil – digamos 14 anos – se comparado à experiência norte-americana, precisaremos um pouco mais de tempo para ver se de fato existirão resultados positivos com tais políticas. Não meramente no sentido cultural que sabemos já estar presente engendrando transformações pedagógicas importantes através das cotas raciais nas inúmeras universidades que estimulam assim a diversidade no convívio, nem tão pouco ser meramente um agente distributivo de renda para que uma parcela pobre tenha acesso à uma sociedade de consumo, mas à ganhos mais significativos e reais: como a Cidadania Plena em Direitos e Deveres.

7 - REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALEXANDER, Michelle. *The New Jim Crow*. The New Press, p. 336, 2010.

American Anthropological Association (AAA). *Statement on "Race"*. 1988.

ARENDT, Hannah. As Origens do Totalitarismo. Rio de Janeiro: Documentário, 1979. *Apud* PIOVESAN, Flávia. Ações Afirmativas sob a Perspectiva dos Direitos Humanos. In: Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas. Brasília: Secad/MEC, 2005.

ASSIS, Jorge Batista de. (2014) Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial e a Gênese da Ação Afirmativa no Brasil.

BARTELS, Larry M. *Unequal Democracy: the political economy of the new gilded age*. New York: Russell Sage Foundation, 2008.

BERGMANN, Barbara. *In defense of affirmative action*. New York: BasicBooks, 1996.

BIROLI, Flávia. "Autonomia e relações de poder". Autonomia e Desigualdades de Gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática. Ed. Horizonte, 2013, pp. 23-55.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil* (1988). São Paulo: Saraiva, 2005

BRASIL. Ministério da Justiça. Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasília, 1996.

_____. O Futuro da Democracia. Editora Paz e Terra, 2015 [1978-84].

BITTAR, Carlos Alberto. *Os Direitos da Personalidade*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

CAMPBELL, John. Ideas, Politics and Public Policy. *Annual Review Sociology*, v. 28, 2002.

CAMPOS, Luiz Augusto e MACHADO, Carlos Machado (2015). A cor dos eleitos determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, no 16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp. 121-151

CAPLAN, Lincoln. *Up against the law: affirmative action and the Supreme Court*. Nova York, The Twentieth Century Fund Press, 1997, 75 pp.

CHOMSKY, Noam. *Requiem of the American Dream*. EUA, 2015.

DA MATTA, R. Notas sobre o racismo à brasileira. In: SOUZA, J. (org.). uma comparação Brasil-Estados Unidos. Brasília: Paralelo 15, p.69-76, 1997.

DOMINGUES, Petrônio (2005). Ações Afirmativas para Negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. *Revista brasileira de educação*, Nº 29.

DU BOIS, W.E.B. *The Conservation of races*. New York: The Library of America, 1986.

[Publicado originalmente em American Negro Academy, Occasional Papers, n.2, 1987].

DZIDZIENYO, Anani. Afro-Brasileiros no Contexto Nacional e Internacional. In P. Lovell *Desigualdade Racial no Brasil Contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG, 1991, p. 51-91.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Dominus Editora, 1965.

_____. *Capitalismo dependente e classes sociais na America Latina*. RJ: Zahar, 1973.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 29. ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.

_____. *Sobrados e Mucambos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1968.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, 444 p.

GRAZIELLA, Moraes Dias da Silva. (2006) Ações Afirmativas no Brasil e na África do Sul. *Tempo soc.*, vol. 18, no.2, p.131-165.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. (2003) Acesso de Negros às Universidades Públicas. *Caderno de Pesquisa*, no 118, p. 247-268.

HAMILTON, Darrick (2015) “A Tour de Force in Understanding Intergroup Inequality: An Introduction to Stratification Economics” *Review of Black Political Economy*, 42(1-2):1-6.

HENRIQUES, Ricardo. *Raça e gênero nos sistemas de ensino*. Os limites das políticas universalistas de educação. Brasília: UNESCO, 2002.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. Editora Martin Claret, 2008 [1651].

IPEA. *Desigualdades raciais, racismo e políticas públicas: 120 anos após a abolição*. Brasília, IPEA, Diretoria de Estudos Sociais, 2008.

JÚNIOR, João Feres, Luiz Augusto Campos e Verônica Toste. *Cotas no STF: Os argumentos como eles são*. Revista Insight Inteligência, abril, maio e junho, 2013.

_____ e DAFLON, Verônica Toste. Ação afirmativa na Revista Veja: informação ou militância? In *33o Encontro Anual ANPOCS*, Caxambu, 2009.

_____. Ação Afirmativa: política pública e opinião. *Sinais Sociais*, v. 3, n. 8, 2009.

_____. Comparando Justificações das Políticas de Ação Afirmativa: EUA e Brasil, 2007.

_____, Marina Pombo de Oliveira. *Guia Bibliográfico Multidisciplinar Ação Afirmativa: Brasil, África do Sul, Índia e EUA*. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2007.

_____. Liberalismo igualitário e ação afirmativa: da teoria moral à política pública. Curitiba: Revista de Sociologia e Política, Vol. 21, n. 48, 2013.

MAGGIE, Yvonne e FRY, Peter (2004), “A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras”. *Estudos Avançados: revista do IEA da USP*. São Paulo, V. 18, (50): 67-80.

MANIN, Bernard. “O Princípio da Distinção”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 4, 2010, p. 187-226.

MICHEL, Robert. *Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna: investigação sobre as tendências oligárquicas na vida dos agrupamentos políticos*, Lisboa: Antígona, 2001 [1915].

_____. “Os chefes nas organizações democráticas”. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Ed. UnB, p. 15-57, 1982 [1914].

MIGUEL, Luiz Felipe. *A Democracia Domesticada: Bases Antidemocráticas do Pensamento Democrático Contemporâneo*. Rio de Janeiro: DADOS – Revista de Ciências Sociais, Vol. 45, nº 3, pp. 483 a 511, 2002.

OSTROGORSKI, Moisei. “Democracy and the Organization of Political Parties” V. II. Transaction Publishers, 1981 [1902].

PENA, Sérgio e BORTOLINI Maria. “Pode a genética definir quem deve se beneficiar das cotas universitárias e demais ações afirmativas?” *Estudos Avançados* 18 (50), 2004.

PETTIT, Becky. *Invisible Men: Mass Incarceration and the Myth of Black Progress*. Russel Sage Foundation, p. 156, 2012.

PIERSON, Paul. “The limits of institutional design”. *Politics in Time: history, institutions, and social analysis*. Princeton: Princeton University Press, 2004, pp. 103-132.

PIOVESAN, Flávia. Ações Afirmativas sob a Perspectiva dos Direitos Humanos. *In: Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas*. Brasília: Secad/MEC, 2005.

PISCITELLI, Rui Magalhães. O Estado como promotor de ações afirmativas e a política de cotas para o acesso dos negros à universidade. Curitiba: Juruá, 2009.

PIKETTY, Thomas. “O Capitalismo no Século XXI”. São Paulo: Editora Intrínseca, 2014.

PLATÃO. *República*. Rio de Janeiro: Editora Best Seller, 2002.

RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SCHULTZ, Rafael de Freitas (2011). Estudo sobre as Ações Afirmativas. *Rev. SJRJ*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 31, p. 165-190.

TELLES, Edward Eric. *Race in another America: the significance of skin color in Brazil*. Princeton: NJ, Princeton University Press, 2004.

_____. e BAILEY, Stanley. (2002), “Políticas contra o racismo e opinião pública: comparações entre Brasil e Estados Unidos”. *Opinião Pública*, 8: 30-39.

_____. *Racismo à brasileira*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

TEMPLETON, Alan R. (1999). "Human races: a genetic and evolutionary perspective". *American Anthropologist*, vol. 100, n. 3.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *De la Démocratie en Amérique*. Paris: Gallimard, T. II, 1992.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *A Proteção Internacional dos Direitos Humanos e o Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

TURGEON, Mathieu; FUKS, Mario; HABEL, Philip e PILATI, Ronaldo. (2015) *Attitudes Toward Affirmative Action Policies Among Whites e Blacks: A Survey Experiment in Brazil*.

WEFFORT, Francisco C. *O populismo na política brasileira*. 5ª ed. RJ: Paz e Terra, 2003.

WOLFF, Francis. *Aristóteles e a Política*. São Paulo: Discurso Editorial, 2001.